


ANÁLISE DOS PLANOS DE GESTÃO DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E PORTUGUESAS: UMA INVESTIGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Analysis of management plans at Brazilian and Portuguese universities: an investigation of accessibility and inclusion policies for university libraries

Ana Paula Lima dos Santos
Universidade Federal Fluminense,
Departamento de Ciência da Informação,
Niterói, RJ, Brasil.
Ap_lima@id.uff.br
 <https://orcid.org/0000-0001-5238-4454>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

RESUMO

Objetivo: A alta incidência de pessoas com deficiência é uma questão global que preocupa a criação de políticas. O artigo tem como objetivo analisar os planos de desenvolvimento institucional de universidades no Brasil, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Portugal, a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa para verificar se há políticas direcionadas à inclusão social de pessoas com deficiência, bem como se há menção da biblioteca universitária nesses planos.

Método: A metodologia utilizada é a revisão de literatura seguida de análise de conteúdo de Bardin (2009).

Resultado: Discute a preocupação com a inclusão e permanência dessas pessoas no ensino superior tanto no Brasil quanto em Portugal. Estudos sobre Regime de Informação na Ciência da Informação enfatizam a inclusão de grupos socialmente excluídos.

Conclusões: Conclui que os planos de desenvolvimento institucional incorporaram ações voltadas à acessibilidade e inclusão, incluindo orientações para que as bibliotecas sejam inclusivas em todas as esferas de acessibilidade. Nota-se que as políticas institucionais são a melhor forma de incluir pessoas em situações de vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Políticas informacionais. Gestão universitária. Acessibilidade e inclusão.

ABSTRACT

Objetivo: The high incidence of people with disabilities is a global issue that concerns policy development. The article aims to analyze the institutional development plans of universities in Brazil, namely, the Federal Fluminense University (UFF) and the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), as well as in Portugal, the University of Porto and the University of Lisbon. The objective is to determine whether there are policies focused on the social inclusion of people with disabilities and whether there is mention of the university library in these plans.

Methods: The methodology used is a literature review followed by content analysis following Bardin (2009).

Results: It discusses the concern for the inclusion and retention of these individuals in higher education, both in Brazil and Portugal. Studies on Information Regime in Information Science emphasize the inclusion of socially excluded groups.

Conclusions: It concludes that institutional development plans have incorporated actions aimed at accessibility and inclusion, including guidelines for libraries to be inclusive in all accessibility aspects. It is noticeable that institutional policies are the best way to include people in situations of social vulnerability.

KEYWORDS: People with disabilities. Information policies. University management. Accessibility and inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A elevada quantidade de pessoas com deficiência (PcD) em todo o mundo é uma questão global, resultando na implementação de políticas internacionais direcionadas a esse grupo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2018), a população mundial de PcD já ultrapassa 1 bilhão. No Brasil, devido à pandemia da Covid-19, a coleta de informações, originalmente programada para 2020, foi adiada e, em 2021, cortes no orçamento impediram a realização do levantamento, sendo finalmente realizada apenas em 2022. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), esse contingente totalizou, no censo de 2010, mais de 46 milhões de PcD. Contudo, conforme divulgado recentemente pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC) e pelo IBGE (2023), o número de PcD é de 18,6 milhões.

Nota-se uma discrepância em relação aos números divulgados no censo de 2010, isso ocorreu, pois houve diferenças metodológicas. De acordo com Lenzi (2023) *apud* IBGE (2023) os questionários têm evoluído e se adaptado a modelos que visam compreender a deficiência, alinhados com as diretrizes internacionais estabelecidas pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência, com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, e em conformidade com a Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O acesso ao ensino superior no Brasil tem aumentado a cada ano e, nos períodos de 2017 e 2018, houve um crescimento de mais de 70% no número de matrículas de estudantes com deficiência, em grande parte devido ao direito conquistado de reserva de vagas no nível superior. Apesar desse crescimento, as pessoas com deficiência ainda representam uma parcela pequena, correspondendo a apenas 0,52% do total de alunos matriculados em cursos de graduação no ensino superior. Isso equivale a 43.633 alunos no ano de 2018, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020).

Em Portugal o número de pessoas com deficiência ultrapassa 1 milhão e 700 mil pessoas, o que vale dizer que 17% da população portuguesa sofre com algum tipo de deficiência, segundo dados do censo de 2011 (INE, 2012). No entanto, dados do novo censo de 2021 apresentaram mais de 1 milhão e 085 mil pessoas, essa diferença de

percentual se deu segundo a uma mudança metodológica que infelizmente excluiu mais de 700 mil pessoas identificadas no censo anterior (INE, 2022). O que sinaliza uma preocupação em relação a identificação dessas pessoas e conseqüentemente na elaboração de políticas que a contemplem de forma efetiva e assertiva.

Dito isto, o paradigma da inclusão social tem trazido transformações significativas nas perspectivas de acesso e permanência de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior brasileiras, afetando tanto a política de vagas quanto o aspecto ético que envolve estratégias de acolhimento nos espaços educacionais, como as bibliotecas universitárias.

De acordo com Diniz (2012), a questão da acessibilidade e inclusão tem sido uma das principais preocupações de órgãos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que busca orientar os países membros a incluir pessoas com deficiência em todos os espaços sociais, com ênfase na área educacional. No contexto do ensino superior brasileiro, as ações afirmativas têm sido adotadas como uma forma de promover o acesso dessas pessoas às universidades, ao mesmo tempo em que se coloca como um desafio prover a permanência delas nesses espaços. Isso tem gerado inquietações e uma busca constante por soluções para essa questão.

Em comparação ao ensino superior brasileiro, o sistema de ensino superior português apresenta diferenças, principalmente no que diz respeito ao financiamento. Mesmo as universidades públicas em Portugal cobram taxas de matrícula e mensalidades dos alunos, enquanto apenas o ensino obrigatório público é gratuito. Nesse sentido, a política de apoio aos alunos com deficiência é regulamentada pelo despacho nº 7031-B/2015, conhecido como Estatuto Especial, que no artigo 24 estabelece que os estudantes com deficiência física, sensorial ou outra, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovado através de atestado de incapacidade emitido por junta médica, têm direito a benefícios especiais na atribuição de bolsas de estudo (Portugal, 2015).

Assim, aqueles que não atendem ao critério mínimo de 60% de incapacidade estabelecido pela lei são excluídos. Em outras palavras, a própria legislação estabelece um filtro que impede parte da população de ter acesso, a menos que cumpram outros critérios previstos na lei, como a comprovação de recursos econômicos escassos através de prova documental de insuficiência de ativos financeiros para frequentar o ensino superior.

Dito isto, os estudos sobre Regimes de Informação na Ciência da Informação têm enfatizado a inclusão de grupos socialmente excluídos como agentes ativos na produção e uso da informação, o que destaca a relevância das bibliotecas na economia política da informação, no sentido de proporcionar um acolhimento efetivo à demanda das pessoas com deficiência. Nesse sentido, é fundamental promover o acesso físico e intelectual aos acervos por meio de tecnologias assistivas.

O objetivo deste artigo é identificar a existência de políticas destinadas às PcD nos Planos de Desenvolvimento Institucionais, aqui no Brasil conhecido como PDI. É um documento que contém o conjunto de diretrizes, metas e estratégias que orientam a gestão e o desenvolvimento de uma instituição de ensino superior (IES) no curto, médio e longo prazo.

O PDI é uma exigência legal para todas as IES do Brasil, regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC), que deve ser elaborado de acordo com as diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Ele deve ser revisado e atualizado periodicamente, de forma a garantir que a instituição esteja sempre alinhada com as políticas públicas e as demandas sociais (Brasil, 1996).

O PDI contempla diversos aspectos da gestão institucional, tais como a missão, visão e valores da instituição, a estrutura organizacional, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, a infraestrutura, o corpo docente e técnico-administrativo, a gestão financeira e orçamentária, a avaliação institucional, entre outros.

O documento é importante não apenas para o cumprimento da legislação, mas também para a consolidação da identidade e da estratégia da instituição, além de ser uma importante ferramenta para a gestão e a tomada de decisões.

Em Portugal, o PDI não é uma exigência legal para as instituições de ensino superior, como é no Brasil. No entanto, existem instrumentos similares que orientam a gestão e o desenvolvimento dessas instituições.

O principal instrumento de planejamento e gestão estratégica das instituições de ensino superior em Portugal é o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), que é elaborado com base em um diagnóstico da instituição e de seu ambiente, e define as estratégias e metas para o seu desenvolvimento no médio e longo prazo. Sendo assim, analisamos os planos de ação da Universidade de Lisboa e do Porto que referem-se aos Programas de ação elaborados no âmbito da candidatura dos diretores da instituição.

Além do PED, as instituições de ensino superior em Portugal também têm que elaborar um Plano de Atividades e Orçamento (PAO) anual, que define as atividades e os

projetos a serem desenvolvidos pela instituição no curto prazo e os recursos financeiros e humanos necessários para sua execução.

Embora não haja uma obrigatoriedade legal para a elaboração de um PDI em Portugal, muitas instituições de ensino superior utilizam outros instrumentos de planejamento e gestão estratégica para orientar suas ações e definir suas prioridades, como planos de ação, programas e projetos específicos, entre outros.

Por conseguinte, é justificável examinar como as universidades brasileiras e portuguesas abordam a questão da acessibilidade e inclusão em suas políticas institucionais e se elas fornecem orientações às suas bibliotecas, que são órgãos fundamentais para a acessibilidade informacional.

Sendo assim, para analisar esses documentos, selecionamos duas universidades brasileiras localizadas no Rio de Janeiro e duas universidades de Portugal e verificamos as políticas de gestão voltadas às pessoas com deficiência e a respectiva menção às bibliotecas universitárias, unidades responsáveis pela organização, acesso e recuperação da informação.

Como metodologia tomamos como moldura o regime e as políticas de informação direcionadas às pessoas com deficiência, relacionando-as como os aspectos legais e normativos dos campos da educação e informação, especificamente aqueles voltados para ensino superior brasileiro, procuramos a seguir especificar: após realizar a leitura e análise das ações de acessibilidade presentes nas políticas institucionais dos PDI'S direcionadas às pessoas com deficiência, nosso objetivo será buscar essas ações nos documentos de Portugal, os quais serão analisados a partir dos Programas de Ação que possuem semelhanças com os PDI no Brasil. A fim de localizar esses documentos, foi realizada uma pesquisa nos sites das referidas universidades.

Objetiva-se, fazer análise desses documentos usando o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2009), de modo a identificar o “[...] conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2009, p. 44).

Para Bardin (2009) a Análise de Conteúdo envolve três fases: 1) pré-análise 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados (inferência e interpretação dos dados). Na pré-análise, lemos os documentos buscando informações sobre dados qualitativos para, em seguida, categorizá-las. As categorias escolhidas foram: programa, planos e ações. Ancorados no modelo analítico dessa pesquisa, realizaremos a análise dos

PDIs das universidades estudadas pautados na teoria de regime de informação, de modo a identificar os atores sociais envolvidos, os artefatos, os dispositivos (legais em normativos, tecnológicos) e as ações de informação mobilizadas por essas instituições.

Em suas definições de Política de Informação, a primeira citada por González de Gómez (1999, p. 68) reflete sobre a complexidade e a amplitude do campo, “permitindo a consideração das macros e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais”. Seguindo essa linha, pode-se dizer que as análises aqui indicadas implicam no nível macro institucional, por meio do PDI, pelo fato desse documento ser um norteador para o planejamento da gestão institucional a longo prazo.

2 EMERGENTE REGIME GLOBAL DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

De acordo com Araújo (2020), as discussões sobre a informação como recurso para o desenvolvimento econômico e social levaram os estudos informacionais a avançarem para além da compreensão da produção e transferência de informações, concentrando-se no acesso e na desigualdade que surge quando se analisa a distribuição dessas informações entre pessoas e países. Dessa forma, esse é um dos problemas relacionados à economia política da informação e é estudado no contexto de regimes de informação.

As políticas de informação direcionadas para PcD enfrentam o desafio da produção desigual entre países, o que acaba impactando o acesso dessas pessoas à informação em locais públicos, como bibliotecas. Esse aspecto se relaciona com a economia política da informação e é abordado nos estudos sobre regimes de informação.

A inclusão social é um dos temas da Agenda 2030, um documento da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em setembro de 2015 e que foi assinado por 193 Estados membros, incluindo o Brasil e Portugal. Essa temática tem levado organizações internacionais da área de biblioteconomia, como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) em parceria com a UNESCO, a desenvolver diretrizes para tornar as bibliotecas mais acessíveis. Essas normas e instruções não se limitam apenas à questão do acesso físico, como a mobilidade, mas também garantem o acesso às bases de conhecimento, como catálogos remotos e bibliotecas digitais, para pessoas com deficiência.

A IFLA tem trabalhado na elaboração de normas que visam a avaliação da acessibilidade em bibliotecas e na defesa do direito à informação para pessoas com

deficiência. Nesse sentido, as bibliotecas são fundamentais na execução dos 17 objetivos estabelecidos na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Um dos objetivos da Agenda 2030 é garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, conforme expresso no objetivo 16.10 (ONU, 2015). A IFLA e a UNESCO têm trabalhado em conjunto para tornar as bibliotecas mais acessíveis, não só fisicamente, mas também em termos de acesso às bases de conhecimento, como os catálogos remotos e as bibliotecas digitais.

Braman (2004) descreve que o emergente regime global de política de informação envolve questões políticas, comunicacionais e culturais, e é classificado como "global" porque abarca atores estatais e não estatais, além de ser "emergente" devido a sua natureza adaptativa e o fato de que todas as áreas envolvidas ainda estão em desenvolvimento.

Segundo Braman (2004), tanto o Estado-nação quanto os regimes globais são sistemas adaptativos complexos que demandam diferentes exigências em suas entidades constituintes e não podem ser facilmente alterados, pois isso pode interferir no relacionamento ou mesmo mudar o objetivo dessas entidades. A autora prossegue explicando que os sistemas políticos se desdobram em um amplo campo jurídico composto por uma variedade de práticas, instituições e discursos que envolvem múltiplos atores e subsistemas em constante mudança de relacionamentos formais e informais. Portanto, para a autora, um regime é um equilíbrio dinâmico e uma condição de um sistema político, que abrange também o campo jurídico. Isso leva à conclusão de que a ideia de regimes globais de informação exige acordos entre Estados-nação, com pactos que garantam a estabilidade nos fluxos de informação.

Segundo Braman (2004), ao discutir o impacto social da informação e as tendências políticas, o Estado informacional tem cada vez mais conhecimento sobre o indivíduo, enquanto o indivíduo tem cada vez menos informação sobre o Estado. A autora critica essa prática, observando que ela não dá ao Estado o status de "protetor" do indivíduo, mas sim uma forma de controle para ajustar suas políticas de acordo com as demandas econômicas e sociais.

O resultado dessas ações é que cada vez mais os cidadãos são excluídos das tomadas de decisão e ficam à mercê das decisões tomadas pelo governo, além de correrem o risco de ter sua privacidade individual ameaçada. Por isso, é importante realizar estudos que reflitam as necessidades sociais e transformá-las em políticas públicas que atendam às demandas de diferentes setores da sociedade. Quando as políticas não são conduzidas

dessa maneira, o indivíduo é absorvido pelo estado informacional. Para a autora, o governo precisa conhecer bem a sociedade para criar políticas públicas que beneficiem a população, caso contrário, as políticas irão favorecer aqueles que estão no poder.

Considerando essa perspectiva, a abordagem do regime global de política de informação é relevante para esse estudo, pois fornece uma ferramenta que possibilita a identificação de tendências que são comuns em fenômenos e processos políticos, como a resistência de governos retrógrados em atender às necessidades sociais, tais como o acesso à educação e à leitura para pessoas com deficiência, ou mesmo o direito ao uso de um nome social¹. Essas políticas vão contra as diretrizes estabelecidas pelos regimes globais de informação, como a Agenda 2030, e, portanto, precisam ser criticadas e questionadas, a fim de serem reformuladas, avaliadas e, sobretudo, modificadas ou substituídas.

Dado isto, faremos uma análise nos documentos institucionais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), localizadas no Rio de Janeiro, Brasil e nos documentos institucionais da Universidade de Lisboa e Universidade do Porto, em Portugal, para verificar se a acessibilidade e a inclusão estão incluídas em suas políticas institucionais e se as mesmas se referem as bibliotecas com fim de institucionalizar práticas de gestão e definir políticas que incluam as pessoas com deficiência no ensino superior, colaborem com sua permanência lhes dando condições de igualdade no acesso à informação reverberados por suas bibliotecas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A UFF, localizada em Niterói, possui desde 2003 um PDI, encontra-se no seu quarto Plano, que abrange o período de 2018-2022, tem como pauta a acessibilidade e a inclusão, dentre outras preocupações com a responsabilidade social.

O documento menciona a promoção da inclusão e a garantia de acessibilidade como uma das principais diretrizes da universidade para o período de 2018 a 2022. Além disso, o PDI estabelece que a universidade deve atuar de forma a garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico de todos os estudantes, incluindo aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais. Entre as ações propostas pelo PDI,

¹ é o nome pelo qual uma pessoa trans ou não-binária escolhe ser chamada, em vez de seu nome de registro civil. Essa prática permite que essas pessoas possam ser identificadas e tratadas de acordo com sua identidade de gênero, mesmo que seus documentos oficiais ainda não tenham sido alterados.

destaca-se a implantação de serviços de acessibilidade, como a disponibilização de intérpretes de Libras, a oferta de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação de espaços físicos para atender às necessidades dos estudantes com deficiência (UFF, 2018).

O documento também ressalta a importância da capacitação dos docentes e técnicos administrativos para atuar com estudantes com necessidades educacionais especiais, assim como a necessidade de ampliar as políticas de inclusão para as comunidades externa e interna da universidade (UFF, 2018).

O documento menciona as bibliotecas e orienta a criação de grupos de trabalho para que sejam discutidas formas de melhorias nos sistemas de bibliotecas com relação a acessibilidade e a inclusão (UFF, 2018).

No entanto, é importante destacar que o documento não apresenta informações detalhadas sobre as ações e os resultados concretos na promoção da inclusão e da acessibilidade na universidade. Seria necessário um acompanhamento mais aprofundado para avaliar a efetividade dessas políticas e identificar possíveis lacunas a serem preenchidas.

A segunda universidade analisada é a UFRJ, cujo PDI 2020-2024 destaca a importância de garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência na universidade, promovendo ações de inclusão e atendimento às necessidades específicas desses estudantes.

Entre as ações propostas, destacam-se a adaptação de espaços físicos e tecnológicos, a oferta de recursos pedagógicos acessíveis, a formação de professores e profissionais de apoio para atuação com alunos com deficiência, a promoção de ações de sensibilização e conscientização sobre o tema e o estabelecimento de parcerias com outras instituições para a troca de experiências e boas práticas (UFRJ, 2020).

O documento também destaca a importância de se promover uma cultura inclusiva na universidade, que vá além do cumprimento de obrigações legais, e que permita que estudantes com deficiência tenham uma experiência acadêmica plena e satisfatória (UFRJ, 2020).

Além disso, o PDI da UFRJ também menciona a importância de se garantir a acessibilidade nas bibliotecas da universidade, destacando a necessidade de adaptação de espaços e a oferta de recursos acessíveis para estudantes com deficiência.

O documento aponta ainda algumas ações relacionadas à acessibilidade e inclusão que incluem a promoção de ações de sensibilização, capacitação e formação de servidores e discentes para o acolhimento e atendimento de pessoas com deficiência; a realização de

diagnóstico das barreiras físicas, comunicacionais e pedagógicas e a proposta de ações para removê-las ou mitigá-las; a garantia que todos os eventos realizados pela universidade sejam acessíveis; a ampliação da oferta de disciplinas na modalidade de ensino a distância para atender a demanda de estudantes com deficiência; a garantia que todas as obras e reformas realizadas pela universidade sigam os critérios de acessibilidade; a criação de comissões de acessibilidade e inclusão nos diversos órgãos da universidade para acompanhar e avaliar as políticas e ações relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência, entre outras (UFRJ, 2020).

O PDI da UFRJ está bem estruturado com referência às questões de acessibilidade e inclusão e já existem ações como incentivo para publicações de livros didáticos e outros materiais instrucionais direcionados aos discentes com deficiência. Foram desenvolvidos materiais didáticos para todos os cursos de graduação à distância para todas as disciplinas. O canal *youtube* do Núcleo de Educação a Distância (Nead) da UFRJ, juntamente com a Matemática UFRJ desenvolveram por meio de projeto vídeos específicos com explicações curtas ou mini aulas e também foram filmadas e disponibilizadas aulas completas de algumas disciplinas.

Em Portugal, a Universidade de Lisboa apresenta o programa de ação da universidade, que é um documento abrangente que delinea as prioridades e objetivos da instituição para o período de 2021 a 2025. O documento é dividido em seis áreas estratégicas principais, cada uma com seus próprios objetivos específicos e medidas de desempenho, como:

- **Excelência acadêmica:** Este segmento concentra-se no desenvolvimento de programas acadêmicos de alta qualidade e na promoção da excelência em pesquisa e ensino. O objetivo é aumentar a qualidade da pesquisa e do ensino na universidade e melhorar a experiência educacional dos alunos (Ferreira, 2021).
- **Internacionalização:** Este segmento enfatiza a importância da internacionalização e da colaboração global para a Universidade de Lisboa. O objetivo é fortalecer a presença global da universidade, estabelecer parcerias internacionais e promover a mobilidade de alunos e professores (Ferreira, 2021).
- **Inovação e empreendedorismo:** Este segmento concentra-se na promoção da inovação e do empreendedorismo em toda a universidade. O objetivo é incentivar a criação e a transferência de conhecimento para a sociedade e a economia, além de apoiar a inovação e o empreendedorismo entre alunos e professores (Ferreira, 2021).

- **Sustentabilidade:** Este segmento enfatiza a importância da sustentabilidade em todas as atividades da universidade. O objetivo é promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica em toda a universidade, bem como incentivar a comunidade acadêmica a adotar práticas sustentáveis (Ferreira, 2021).
- **Cultura e cidadania:** Este segmento concentra-se na promoção da cultura e da cidadania em toda a universidade. O objetivo é incentivar a participação dos alunos e da comunidade acadêmica em atividades culturais e cívicas, além de promover a diversidade e a inclusão (Ferreira, 2021).
- **Liderança e governança:** Este segmento enfatiza a importância da liderança e da governança eficazes na universidade. O objetivo é fortalecer a liderança e a governança da universidade, além de melhorar a eficácia e a eficiência da gestão (Ferreira, 2021).

No geral, o programa de ação da Universidade de Lisboa é um documento abrangente que estabelece objetivos claros e medidas de desempenho para cada uma das áreas estratégicas principais. O documento mostra um compromisso com a excelência acadêmica, a internacionalização, a inovação, a sustentabilidade, a cultura e a cidadania, além da liderança e governança efetivas.

No que se refere à acessibilidade e inclusão, o programa de ação da Universidade de Lisboa menciona a promoção da inclusão e diversidade como um dos objetivos a serem alcançados na área estratégica de Cultura e Cidadania. O documento enfatiza a importância da promoção da inclusão, da diversidade e do respeito mútuo na comunidade acadêmica, além de promover a acessibilidade aos recursos e serviços da universidade para todos os estudantes, funcionários e visitantes, incluindo aqueles com deficiências e necessidades educacionais especiais (Ferreira, 2021).

De forma mais específica, o documento estabelece o objetivo de "promover a igualdade de oportunidades e de tratamento, a não discriminação e a inclusão de pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais" como parte da estratégia de Cultura e Cidadania. Além disso, a universidade planeja oferecer programas de apoio e incentivos para estudantes com deficiência, a fim de garantir a sua plena participação e sucesso acadêmico (Ferreira, 2021).

Com relação às ações na área de acessibilidade e inclusão, o documento aponta várias ações específicas que a Universidade de Lisboa planeja implementar para promover a acessibilidade e a inclusão na comunidade acadêmica. Algumas das ações mencionadas incluem, o oferecimento de serviços de apoio específicos para estudantes com deficiência,

como intérpretes de língua gestual; tecnologia de apoio; aconselhamento e orientação personalizados, e recursos de aprendizagem acessíveis; a garantia de que todos os edifícios e instalações da universidade estejam em conformidade com as normas de acessibilidade e segurança para pessoas com deficiência, através da realização de obras e da instalação de equipamentos adequados; o fornecimento de formação e capacitação aos professores e funcionários da universidade sobre as questões de acessibilidade e inclusão, a fim de promover a sensibilização e a compreensão das necessidades dos estudantes com deficiência e outras necessidades especiais, a promoção da participação ativa dos estudantes com deficiência em atividades extracurriculares, programas de intercâmbio e outras oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e o estabelecimento de parcerias com organizações e instituições que trabalham com pessoas com deficiência, a fim de promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes da Universidade de Lisboa (Ferreira, 2021).

Essas ações específicas demonstram o comprometimento da Universidade de Lisboa em promover a acessibilidade e a inclusão na comunidade acadêmica, através de medidas práticas e efetivas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência e outras necessidades especiais.

Com relação às bibliotecas, o documento também menciona a importância da acessibilidade e da inclusão nas bibliotecas da Universidade de Lisboa. Em particular, o programa de ação destaca a necessidade de fornecer aos estudantes com deficiência acesso aos recursos da biblioteca, incluindo materiais de leitura em formatos alternativos, tecnologia de apoio e assistência pessoal. Além disso, o documento estabelece o objetivo de tornar todas as bibliotecas da universidade acessíveis a pessoas com deficiência física, através da eliminação de barreiras arquitetônicas e da instalação de equipamentos e tecnologias de apoio adequados (Ferreira, 2021).

O documento também enfatiza a importância de capacitar e treinar os funcionários das bibliotecas para trabalhar com estudantes com deficiência e outras necessidades especiais, a fim de garantir que eles possam oferecer o melhor suporte possível. Isso inclui a formação em tecnologia de apoio, materiais de leitura em formatos alternativos e outros recursos para atender às necessidades específicas dos estudantes (Ferreira, 2021).

Além disso, o programa de ação também estabelece o objetivo de garantir que as bibliotecas universitárias sejam espaços acolhedores e inclusivos, que respeitem a diversidade cultural, linguística e social da comunidade acadêmica. Isso inclui o desenvolvimento de coleções de livros e materiais que reflitam a diversidade cultural e a

inclusão, e a promoção de eventos e atividades que celebrem a diversidade e a inclusão na comunidade acadêmica (Ferreira, 2021).

Com relação às ações nas bibliotecas, o programa de ação da Universidade de Lisboa apresenta várias ações específicas que serão implementadas para promover a acessibilidade e a inclusão nas bibliotecas da universidade. Algumas das ações mencionadas incluem: a disponibilização de materiais de leitura em formatos acessíveis, como textos em Braille, audiolivros, *e-books* e outros formatos alternativos para estudantes com deficiência visual ou outros tipos de deficiência que afetem a leitura; o fornecimento de tecnologia de apoio nas bibliotecas para estudantes com deficiência, como leitores de tela, *software* de reconhecimento de voz e outras ferramentas de assistência; a eliminação de barreiras arquitetônicas nas bibliotecas para torná-las acessíveis a pessoas com deficiência física, através da instalação de rampas, elevadores, corrimãos, banheiros acessíveis e outros equipamentos e instalações adequados; a capacitação dos funcionários das bibliotecas para trabalhar com estudantes com deficiência e outras necessidades especiais, através de programas de formação e treinamento em tecnologia de apoio; materiais de leitura em formatos alternativos e outras ferramentas de suporte o desenvolvimento de coleções de livros e materiais que reflitam a diversidade cultural e a inclusão, a fim de promover a equidade e a representatividade nas bibliotecas da universidade (Ferreira, 2021).

A Universidade do Porto, em Portugal, apresenta o seu programa de ação da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) para o período de 2019-2023. O documento começa por definir a missão da FCUP, que é a de promover a excelência no ensino, na investigação e na prestação de serviços, procurando contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e críticos, capazes de responder aos desafios do mundo atual (Freire, 2019). Em seguida, o programa apresenta uma visão geral dos desafios e oportunidades que a FCUP enfrenta em suas diferentes áreas de atuação.

No que diz respeito ao ensino, o programa enfatiza a importância da qualidade e da inovação no processo de ensino-aprendizagem, bem como da internacionalização e da formação ao longo da vida. O programa destaca a necessidade de atualização dos programas de estudos e de promoção da mobilidade dos estudantes e docentes, de forma a melhorar a qualidade e a diversidade do ensino oferecido pela FCUP (Freire, 2019).

Na área da investigação, o programa destaca a importância de fortalecer as atividades de investigação da FCUP, bem como de incentivar a colaboração interdisciplinar e a transferência de conhecimento para a sociedade. São mencionados também a

necessidade de desenvolver infraestruturas adequadas e de atrair financiamento externo para apoiar a investigação (Freire, 2019).

Por fim, o programa destaca a importância da extensão universitária, entendida como a relação da FCUP com a sociedade. São mencionadas ações como a prestação de serviços especializados, a organização de eventos e a divulgação do conhecimento científico para o público em geral. O programa enfatiza ainda a necessidade de melhorar a comunicação com a sociedade e de promover uma cultura de responsabilidade social na FCUP (Freire, 2019).

Com relação a acessibilidade e a inclusão, o documento apresenta alguns pontos relacionados, que são: o aprimoramento da acessibilidade arquitetônica dos espaços físicos da FCUP, garantindo a mobilidade e autonomia de estudantes, docentes e funcionários com deficiência ou mobilidade reduzida; a disponibilização de recursos e tecnologias de apoio aos estudantes com deficiência, garantindo que possam participar plenamente nas atividades académicas e extracurriculares da FCUP; a promoção da inclusão de estudantes de diferentes origens e contextos socioeconómicos, através do acesso a programas de bolsas de estudo, programas de tutoria, entre outras medidas; o fomento da diversidade e a inclusão nas atividades de investigação, ensino e extensão universitária da FCUP, de forma a combater as desigualdades e a promover a igualdade de oportunidades; a criação de ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, que promova a diversidade e a não-discriminação, bem como a promoção da igualdade de oportunidades para todos os funcionários (Freire, 2019).

Entendemos que o Programa de Ação da FCUP menciona a questão da inclusão de forma geral, mas não dedica uma seção específica ao tema da acessibilidade. Em vários trechos do documento, no entanto, são mencionadas ações que podem ter um impacto positivo na inclusão de grupos mais vulneráveis, como enfatizar a importância da formação ao longo da vida, o que pode beneficiar estudantes e profissionais que enfrentam barreiras de acesso ao ensino superior devido à sua condição socioeconômica ou a outros fatores, o destaque da necessidade da promoção a mobilidade de estudantes e docentes, o que pode contribuir para a diversidade e a inclusão cultural.

Na seção sobre extensão universitária, o programa menciona a importância de promover a cultura científica para a sociedade em geral, o que pode ajudar a diminuir as desigualdades no acesso ao conhecimento científico. Embora a questão da acessibilidade não seja mencionada de forma explícita, essas ações podem ter um impacto positivo na promoção da inclusão de grupos mais vulneráveis (Freire, 2019).

Com relação às bibliotecas, o Programa de Ação da FCUP dedica uma seção específica, com o objetivo de melhorar os serviços prestados e a qualidade do acesso à informação para a comunidade acadêmica. Algumas das ações mencionadas para as Bibliotecas incluem: a modernização e atualização das infraestruturas físicas e tecnológicas das Bibliotecas, de forma a melhorar a qualidade do serviço prestado; a intensificação das atividades de formação de utilizadores, de modo a capacitar os estudantes, docentes e investigadores para o uso mais eficiente e crítico da informação; o aumento da oferta de conteúdos digitais, bem como a otimização do acesso aos recursos eletrônicos disponíveis; a promoção da acessibilidade dos conteúdos e serviços das Bibliotecas a todos os utilizadores, incluindo pessoas com necessidades educacionais especiais (Freire, 2019).

Essas ações visam melhorar o acesso à informação e o serviço prestado pelas Bibliotecas da FCUP, tornando-as mais eficientes e adequadas às necessidades da comunidade acadêmica. Embora a acessibilidade não seja um tema central do Programa de Ação da FCUP, essas ações mencionadas podem contribuir para a promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com necessidades especiais na comunidade acadêmica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às políticas institucionais na UFF foram observadas intenções de políticas mais amplas do que específicas. Em linhas gerais, destaca a importância da acessibilidade e inclusão em suas políticas institucionais, e propõe medidas para garantir o acesso de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas e sensoriais. A universidade também se compromete a promover ações de formação e capacitação de servidores e professores para a inclusão.

A complexidade de se criar políticas para as pessoas com deficiência é um problema real e merece atenção especial. As deficiências são múltiplas e cada uma tem a sua especificidade, por isso, a importância de identificar os estudantes com deficiência e junto com as bibliotecas criarem planos de ações para atendê-los.

Na UFRJ, por exemplo, a inclusão é vista como um desafio a ser enfrentado, e a universidade se propõe a desenvolver políticas inclusivas que permitam a ampliação do acesso e da permanência de pessoas com deficiência em seus espaços. A universidade também apresenta ações para a oferta de tecnologia assistiva, capacitação de servidores

e professores, e adaptação dos espaços físicos. As políticas estão prontas por parte da instituição e inclusive já existem várias ações nas unidades da universidade, porém as bibliotecas ainda precisam se movimentar para começar por em prática essas ações de informação voltadas para o público com deficiência. Entendemos que a capacitação das equipes é o primeiro passo para que essas ações possam ser implementadas com competência informacional.

Em Portugal, ambos os documentos analisados apresentam muitas semelhanças em termos de objetivos gerais e ações específicas. Ambos os programas de ação destacam a necessidade de promover a qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária, a importância do diálogo com a sociedade e o estímulo à internacionalização, entre outras áreas de atuação.

No que se refere à acessibilidade e inclusão, ambos mencionam a importância de promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais e o papel das bibliotecas universitárias na promoção do acesso à informação e ao conhecimento. Além disso, ambos destacam a necessidade de modernizar e atualizar as infraestruturas físicas e tecnológicas da universidade, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados a todos os utilizadores, incluindo pessoas com necessidades especiais.

No entanto, em relação à forma como a acessibilidade e a inclusão são abordadas, há algumas diferenças. O Programa de Ação de Lisboa dedica uma seção específica ao tema, destacando a importância da acessibilidade em todos os seus aspectos (físico, digital, social e pedagógico) e definindo ações específicas para promovê-la. Já o Programa de Ação da FCUP não possui uma seção específica para acessibilidade e inclusão, mas menciona ações específicas que podem contribuir para a promoção da acessibilidade.

Ambos os programas de ação apresentam uma visão abrangente e ambiciosa para o desenvolvimento das respectivas universidades, com destaque para a importância da acessibilidade e da inclusão. No entanto, a forma como esses temas são abordados varia de um documento para outro, o que reflete as diferentes ênfases e prioridades de cada instituição.

Nota-se que mesmo Portugal estando a frente do Brasil com destaque na educação inclusiva, o Brasil vem se aprimorando na busca de adequações nos seus espaços físicos, informacionais e nos atitudinais em relação à pessoa com deficiência. No entanto, Portugal apresenta um diferencial em relação ao Brasil, ao incluir em suas políticas que as bibliotecas devem ser um espaço acolhedor e respeitar todas as diferenças. Essa simples ação, institucionaliza o tratamento adequado a todas as pessoas.

As políticas institucionais são a forma mais eficaz para dar visibilidade às pessoas vulneráveis e em situações desiguais seja pelo fator econômico, social, físico, racial ou de gênero.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Um desenho epistemológico da Ciência da Informação a partir de suas correntes teóricas. *In*: ARAKAKI, Ana Carolina Simionato; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de (org.). **Questões teórico-epistemológicas para a Ciência da Informação**: possibilidade e contribuições (E-Book). Coleção Educação em Ciências. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: http://people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 maio. 2023.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

FERREIRA, Luís M. A. **Programa de ação 2021-2025**. Manter o rumo. Assegurar o futuro. Lisboa, 2021. Disponível em: https://www.ulisboa.pt/sites/ulisboa.pt/files/documents/files/lf_programa_de_candidatura.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

FREIRE, Ana Cristina Moreira. **Programa de Ação**. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2019. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fcup/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=438780&pv_cod=41aBPj3lataB. Acesso em: 11 maio 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 109-110, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/4R8QtMLZSKqpybnx8y47Mgr/>. Acesso em: 20 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (Portugal). **Censos - Resultados definitivos. Portugal - 2011**. Lisboa, 2012. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554. Acesso em: 11 maio 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (Portugal). **Censos 2021 Resultados Definitivos - Portugal**. Lisboa, 2012. Disponível em:

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt. Acesso em: 11 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. [Brasília, 2010?]. Pessoas com deficiência. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 11 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O indicativo faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022**. Brasília (DF), fruto de um Termo de Execução Descentralizada entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDPD/MDHC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2019**. Divulgação dos resultados, MEC, Brasília, out. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

PORTUGAL. Despacho nº 7031-B/2015 de 24 de junho de 2015. **Diário da República**: n.º 121/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-06-24. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/922718/despacho-7031-B-2015-de-24-de-junho>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Plano de desenvolvimento institucional 2020-2024**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://pdi.ufrj.br/>. Acesso em: 11 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF PDI – 2018-2022**. Niterói, 2018. Disponível em: http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/196/2018/06/PDI_2018-2022_aprovado-CUV_30-05-2018.pdf. Acesso em: 11 maio 2023.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Universidade Federal Fluminense.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Os papéis descrevem a contribuição específica de cada colaborador para a produção acadêmica inserir os dados dos autores conforme exemplo, excluindo o que não for aplicável. Iniciais dos primeiros nomes acrescidas com o último Sobrenome, conforme exemplo.

Concepção e elaboração do manuscrito: A. P. Lima dos Santos.

Coleta de dados: A. P. Lima dos Santos.

Análise de dados: A. P. Lima dos Santos. **Discussão dos resultados:** A. P. Lima dos Santos.

Revisão e aprovação: A. P. Lima dos Santos.

Caso necessário veja outros papéis em: <https://credit.niso.org>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Proyecto de Programa Nacional “Sistema de Gestión de Vigilancia e Inteligencia para el Observatorio de Gobierno Digital en Cuba” del Observatorio de Gobierno Digital (OGD), centro de estudio insertado en la Facultad de Comunicación de la Universidad de La Habana

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva, Mayara Madeira Trevisol.

HISTÓRICO

Recebido em: 08-09-2023 – Aprovado em: 19-01-2024 - Publicado em: 23-02-2024

